BERTHE REYMOND-RIVIER

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITORIAL ASTER
LISBOA
1983

INTRODUÇÃO

O Homem é um ser social. Por mais longe que se retroceda no tempo, vemo-lo sempre procurar a companhia dos seus semelhantes e viver em grupo. O Bom Selvagem apenas viveu na imaginação de Rousseau. Tivesse ele existido, só a sociedade, longe de o corromper, lhe teria podido conferir a sua dignidade de homem. Sem ela, o homem mal se diferenciaria do animal, não falaria nem pensaria, e sobretudo, não seria bom, ou mais exactamente, não conheceria o mal nem o bem. O caso das crianças «selvagens» e das «crianças-lobos» provam-no claramente. Não os que pertencem ao mito, à lenda ou à literatura: o caso daqueles dois recém-nascidos de que fala Heródoto numa passagem famosa, segundo a qual um rei egípcio, querendo saber qual era o povo mais antigo da terra, mandara encerrar num estábulo, longe de todo o contacto humano e durante dois anos, donde ao saírem gritaram: «bécos! bécos!» o que significa pão, em língua frígia; ou o de Remo e Rómulo, amamentados pela loba; ou ainda, mais perto de nós, o Mowgli de Kipling, que ilustra, uma vez mais, o preconceito durante tanto tempo admitido de que a natureza humana acaba sempre por vencer, e o homem por regressar ao homem. Nem, tão pouco, o provam tantos contos maravilhosos ou fantasistas, mas sim casos bem reais, cientificamente estudados, dos quais o mais célebre é o do «Selvagem de Aveyron», descrito pelo médico Jean Itard; e, ainda, o caso de Gaspard Hanser de Nuremberg, que passou depois à literatura, graças a Verlaine que lhe consagrou um poema («Je suis venu calme orphelin»; em epífrage «Gaspard Hanser chante»). Todos estes casos mostram que isolado e privado da presença de outrem, o ser não adquire nenhum dos traços que caracterizam a natureza humana, e se torna uma espécie de monstro. Nas regiões da Índia, onde os casos de crianças-lobos foram relativamente numerosos, descobriram-se em 1920 duas meninas — Amala e Kamala de Midnapore — que viviam numa família de lobos. A primeira, a mais nova, morreu um ano depois; a segunda, Kamala, que deveria ter uns oito anos, viveu até fins de 1929. Segundo a descrição do Reverendo Singh que as recolheu, elas nada tinham de humano,

e o seu comportamento era exactamente semelhante ao dos pequenos lobos, seus irmãos: incapazes de permanecerem de pé, caminhavam a quatro patas, apoiadas nos cotovelos e nos joelhos para percorrerem pequenos trajectos, e apoiadas nas mãos e nos pés, quando o trajecto era longo e rápido; apenas se alimentavam de carne fresca ou putrefacta, comiam e bebiam como os animais, acocoradas, com a cabeça lançada para a frente, sorvendo os líquidos com a língua. Passavam o dia escondidas e prostradas à sombra; de noite, pelo contrário, eram activas e davam saltos, tentavam fugir e uivavam, realmente, como os lobos. Nunca choravam nem riam, característica que se encontra em todas as crianças-selvagens. Reintegrada na sociedade dos homens onde viveu oito anos, Kamala humaniza-se lentamente, mas note-se, sem nunca recuperar o atraso: passaram seis anos antes de conseguir caminhar na posição erecta. Na altura da morte, apenas dispõe de umas cinquenta palavras. Contudo, se esses progressos são lentos, são também contínuos e realizam-se simultaneamente em todos os sectores da sua personalidade. Surgem atitudes afectivas: Kamala chora, pela primeira vez, quando morre a irmã, torna-se pouco a pouco capaz de sentir afeição pelas pessoas que cuidam dela, especialmente pela senhora Singh; sorri quando lhe falam. A sua inteligência desperta também; consegue comunicar com as outras pessoas, por meio de gestos, gradualmente reforçados com algumas palavras simples dum vocabulário rudimentar; consegue compreender e executar ordens simples, etc. No entanto, a dar crédito a outro observador, o bispo Pakenham Walsh, que viu Kamala seis anos depois de ter sido encontrada, a criança não tomava qualquer iniciativa de contacto, nunca utilizava espontaneamente as palavras que aprendera e, especialmente, mergulhava numa atitude de total indiferença, mal as pessoas deixavam de a solicitar: «... ela sorria docemente quando lhe falavam, mas logo depois, o seu rosto retomava uma expressão ininteligente; quando a deixavam sozinha, retirava-se para o canto mais escuro da sala, acocorava-se e permanecia absolutamente indiferente e inexpressiva. A criança experimentava afeição pela Senhora Singh e obedecia docilmente aos seus conselhos durante todo o tempo em que a vi. Não se interessava por nada, de nada tinha medo, desinteressava-se completamente das outras crianças e dos seus jogos. Caminhava em posição erecta, mas era incapaz de correr.»

B. Bettelheim, donde retiramos esta citação [1], declarou-se contra o que ele chama o «mito das crianças-lobos». Não contesta a pertinência da descrição de Singh; pelo contrário, as analogias, para não dizer a identidade das reacções e dos comportamentos

[1] B. BETTELHEIM, **La Forteresse vide**, Gallimard, Paris 1967, p. 447.

BERTHE REYMOND-RIVIER

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITORIAL ASTER
LISBOA
1983

A RELAÇÃO PRIMITIVA COM A MÃE: DO ADUALISMO À RELAÇÃO OBJECTAL

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E A PSICOLOGIA

Freud mostrou a influência decisiva das experiências afectivas infantis na vida inteira do indivíduo e a importância dos primeiros laços emocionais do bébé com o meio que o rodeia. Falou da «escolha do objecto» para caracterizar este estádio do desenvolvimento da libido, em que, pelo fim do primeiro ano, a satisfação das pulsões e a fonte dos prazeres deixam de estar ligadas exclusivamente ao próprio corpo para se ligarem a um objecto exterior, naturalmente a mãe. No entanto, embora indicasse o papel primordial da relação mãe-filho, ele não chegou sequer a estudar esta relação em si mesma, enquanto intercâmbio entre dois seres. Não se esqueça que foi através das associações verbais dos seus doentes adultos, as quais o conduziam invariavelmente aos conflitos da primeira infância, que Freud reconstituiu os processos psíquicos dos primeiros tempos da existência. Ora, por genial que tenha sido uma tal reconstituição e inestimável a luz que projectou sobre o universo afectivo da criança a partir dos três ou quatro anos, o mestre de Viena perfilhou perspectivas muito discutíveis sobre a psicologia do lactente. E a razão disto é simples: as nossas recordações não recuam para além do terceiro ano (excepcionalmente do segundo). Para penetrar nesta opacidade, Freud foi levado a fazer extrapolações; umas, graças à sua maravilhosa intuição, foram confirmadas depois; outras, pelo contrário, tornaram-se inadmissíveis. Em primeiro lugar, é inaceitável a explicação que ele deu acerca desta ausência de recordações; se não nos lembramos da nossa primeira infância, diz ele em síntese, foi porque recalcámos a recordação. Equivaleria a dotar o lactente de memória, e portanto de uma faculdade de representação e, de modo mais geral — quem diz recalcamento diz instância recalcante — de um Ego, pelo menos, rudimentar. Ora as observações cada vez mais numerosas dos psi-

cólogos que estudaram o primeiro ano de vida, como as de J. Baldwin em primeiro lugar, de Ch. Bühler, de J. Piaget, de H. Wallon, para não citar senão os mais conhecidos, evidenciaram a falsidade da hipótese freudiana: todos concordam em sublinhar o «adualismo» do recém-nascido, isto é, a sua incapacidade de distinguir o eu do não-eu e a profunda inconsciência de si mesmo, assim como a ausência de qualquer memória de evocação, a qual supõe (como a linguagem e a imitação) uma função simbólica que não aparece antes do fim do segundo ano. Durante muito tempo, os discípulos de Freud perfilharam todas as ideias do seu mestre sobre este ponto e fundamentaram-se exclusivamente no material fornecido, na análise, pelos seus pacientes, sem experimentarem a necessidade de se apoiarem nos trabalhos da psicologia contemporânea ou de recorrerem à observação directa do lactente. Uma tal atitude foi então largamente favorecida pelas resistências, para não dizer hostilidade, suscitadas em muitos psicólogos pelas teorias freudianas. Assim se explica o que poderá chamar-se «Explêndido isolamento» no qual se fechou durante muito tempo a Psicanálise e, também, o espírito de capelinha que muitas vezes lhe reprovaram.

Há uns quinze ou vinte anos, contudo, assistiu-se a uma aproximação, ou melhor, a um diálogo entre a Psicanálise e a Psicologia, diálogo sobejamente fecundo, pois é evidente que só a Psicanálise poderia fornecer os elementos que faltavam à génese das relações afectivas e sociais da criança. O diálogo foi possível, graças a uma série de trabalhos inovadores de autores como Anna Freud, Heinz Hartmann, René Spitz, Charles Odier que permanecendo fiéis ao pensamento de Freud, por um lado o prolongaram e, por outro, reviram certos aspectos, a maior parte dos quais precisamente sobre psicologia da primeira idade.

Deve-se a Anna Freud e a Heinz Hartmann, além do mais, a atenção crescente prestada pelos psicanalistas, à psicologia do Ego, instância da personalidade que tem como função conciliar as exigências do Id e do Superego com as da adaptação ao mundo exterior. Nos começos da Psicanálise, de facto, havia a tendência de reduzi-la a uma ciência do inconsciente e os seus adeptos limitavam-se a descrever a vida pulsional e suas vicissitudes, as camadas mais profundas da personalidade: «O termo Psicnálise devia, pensava-se, ser reservado ao âmbito das descobertas novas, relativas à vida psíquica inconsciente, isto é, ao estudo das emoções instintivas recalcadas, dos afectos e dos fantasmas. Alguns problemas, como os da adaptação da criança ou do adulto ao mundo exterior, certos conceitos de valor, como o da saúde e da doença, o da virtude e do vício, não deviam interessar em nada o psicanalista. Ele deveria preocupar-se unicamente com os fantasmas infantis, mesmo na idade adulta, com os prazeres imaginários e com as punições temidas que os sancionariam... Todavia, quando se aplica

esta maneira de ver à terapêutica psicanalítica, não se tarda em verificar o seu carácter erróneo. O tratamento analítico teve sempre por objecto o Eu e as suas perturbações, não constituindo o estudo do Id e dos seus modos de agir, senão um dos meios de atingir a finalidade terapêutica. Esta finalidade continua invariavelmente a ser a mesma: suprimir as perturbações e restabelecer a integridade do Ego».[1]

A. Freud, autora destas linhas, dedicou-se ao estudo dos mecanismos de defesa, postos em acção pelo Ego, para resolver os conflitos resultantes das exigências opostas do Id, do Superego e da realidade. Ao colocar o problema da adaptação no cerne da sua reflexão, H. Hartmann [2] foi mais longe e inaugurou um novo desenvolvimento do pensamento psicanalítico. Ele afirmou, de facto, a existência de uma «esfera do Ego livre de conflitos» que é aquela em que se passam os processos estudados pelos psicólogos (percepção, pensamento, linguagem, etc.). Estes processos eram determinados, segundo Freud, pelas pulsões e pelos conflitos que estas geram. Ao reconhecer estas «funções autónomas do Ego» e a sua importância na adaptação, Hartmann alargou o campo da teoria psicanalítica e lançou as bases da aproximação com a Psicologia, como acima se referiu. Para ele, a Psicanálise não deveria isolar-se no estudo dos conflitos e das defesas, mas antes, abordar também os processos que intervêm na esfera autónoma do Ego.

Uma tal orientação devia necessariamente conduzir certos investigadores a pôr o problema da génese do Ego e a pô-lo em termos de nível ou de desenvolvimento. Esta perspectiva genética exigia, por sua vez, uma confirmação experimental, o recurso à observação directa e sistemática, a utilização dos dados reunidos pela Psicologia da Criança. Encontrava-se assim uma plataforma de entendimento entre psicanalistas e psicólogos. «Para chegar à compreensão do comportamento propriamente dito dos indivíduos adultos, a análise serve-se das suas comunicações orais. Ora é neste ponto que se ergue uma barreira intransponível à compreensão do lactente. Se de facto, o lactente não dispõe de linguagem, a sua conduta não poderá ser interpretada nos termos de um comportamento análogo ao do adulto... O caso do lactente que se encontra no estádio, chamado pré-verbal, exige um método diferente de verificação [3] ».

---

[1] A. FREUD, **Le moi et ses mécanismes de défense**, P.U.F. Paris 1949, pp. 3-4.

[2] H. HARTMANN, **La Psycologie du Moi et le problème de l'adaptation**, P.U.F. Paris 1968.

[3] R. A. SPITZ, **La perte de la mère par le nourisson**, Enfance, Nov-dec. 1948.

Foi, efectivamente, no autor destas linhas, o Dr. René Spitz, que a Psicanálise encontrou o seu primeiro e brilhante experimentador. As suas investigações acerca do desenvolvimento afectivo do bébé, nomeadamente acerca da relação mãe-filho, atraíram facilmente a atenção dos psicólogos, pois Spitz empregava os métodos destes e referia-se aos seus trabalhos.

Por meio do método chamado «longitudinal», o autor observou durante períodos que variavam de seis meses a dois anos muitas centenas de bébés, e nos meios mais diversos: famílias, infantários, orfanatos, maternidades, creches, etc.; estendeu até as suas investigações, a três continentes. Experiências e testes de desenvolvimento mental, aplicados mensalmente, completavam e verificavam os dados da observação cuja objectividade era garantida, além disso, por registo cinematográfico.

Os resultados mais espectaculares das investigações de Spitz, dos quais falaremos mais adiante, são os que dizem respeito à melancolia dos bébés separados da mãe, melancolia que podia, como o autor o demonstrou, ocasionar prejuízos psíquicos e físicos irreversíveis, e até a morte, em caso de separação prolongada e em circunstâncias bem determinadas. Esses resultados demonstraram irrefutavelmente a importância vital dos primeiros laços emocionais e o papel nefasto e dramático, no desenvolvimento biopsíquico da criança, da insegurança gerada pela privação da afeição materna. Ficaram assim assentes as teses daqueles que, a começar por Freud, viam na relação objectal primitiva a pedra angular da personalidade e o gérmen de todas as relações sociais ulteriores. Foram verificadas, nomeadamente, as hipóteses de Ch. Odier e de Germaine Guex que ligavam, precisamente, os sentimentos de insegurança e de inferioridade, característicos da neurose de abandono, no adulto, a uma carência maternal no decurso do primeiro ano. Acima de tudo, os trabalhos de Spitz franquearam a via a numerosas investigações acerca dos efeitos próximos e remotos desta carência, acerca das relações com certas formas de psicose (da criança, do adolescente ou do adulto), a depressão, o comportamento delinquente, etc. Citemos também os estudos bem sistematizados de J. Bowlby e J. Robertson, acerca da separação como tal, dos processos que ela provoca, das condições nas quais ela tem ou não efeitos patológicos, estudos aos quais nos havemos de voltar a referir.

Mas os trabalhos de Spitz não incidiram somente sobre o «hospitalismo» e a depressão «anaclítica» do bébé (causada pela perda do objecto da libido), isto é, sobre os desvios da relação objectal. Foram precisamente estes, pelo contrário, que o levaram a observar, de mais perto, a génese e a evolução **normal** do intercâmbio entre mãe e filho. São estes os estudos que interessam, em primeira mão, ao psicólogo, porque representam, repetimos, uma con-

tribuição inestimável para o conhecimento do universo psíquico do bébé, ao esclarecerem um sector até então obscuro. Sabia-se, através das investigações de Piaget acerca do nascimento da inteligência, que o mundo do recém-nascido é um mundo sem objectos, caótico, no qual, ao princípio, não existe a distinção entre o eu e o não-eu, entre o subjectivo e o objectivo, distinção que se elabora lentamente. J. Piaget traçou as fases desta construção progressiva que vai desde o primeiro até ao décimo oitavo ou ao vigésimo mês aproximadamente, de um universo estável, em que os objectos, de agora em diante, dotados de permanência, são distintos e independentes dele. As investigações do psicólogo de Genebra tratavam essencialmente (mas não exclusivamente) das condutas do bébé a respeito das coisas inanimadas. Alguns anos antes, Charlotte Bühler (1927) tinha observado, minuciosa e pormenorizadamente, as primeiras reacções do bébé ao meio humano; tratava-se, sobretudo, de uma espécie de inventário dos comportamentos «sociais» do lactente, que incidiam menos sobre as relações mãe-filho como tais, do que sobre as relações com o adulto em geral ou com outros bébés. Tais observações foram confirmadas pelas de Spitz. Porém, este autor, ao levar mais longe as suas investigações e ao interpretá-las à luz da teoria psicanalítica da relação objectal, chegou a resultados que preenchiam uma lacuna essencial e que além disso, iam ao encontro dos dados da Psicologia da criança. Spitz mostra, de facto, que longe de existir desde início, o Ego se construia paulatinamente, construção que se efectuada em interacção estreita com a da relação objectal. Ao dedicar-se ao estudo do desenvolvimento socio-afectivo do lactente e ao recorrer, para tal, à observação directa e à experimentação, Spitz não só criou um terreno comum entre a Psicanálise e a Psicologia, como ainda realizou uma tarefa pioneira, como o atesta o número de trabalhos consagrados, desde então, à interacção mãe-filho durante as primeiras idades. Estes trabalhos, prolongando e completando as investigações de Spitz, corroboraram-lhe em geral o valor, a despeito de certas divergências de interpretação. Serão estas investigações que ocuparão maior espaço neste capítulo.

Mencionemos, por fim, para fechar estas considerações sobre as relações entre a Psicanálise e a Psicologia, o contributo de Ch. Odier que foi o primeiro a aproximar as observações de Spitz com as de Piaget, acerca da constituição do objecto [4].

---

[4] CH. ODIER, **L'homme esclave de son infériorité**, Delachaux et Niestlé, Neuchâtel 1950.

IMPORTÂNCIA E CARÁCTER ÚNICO DA RELAÇÃO MÃE-FILHO

Entre todos os tipos ou sistemas de relações sociais conhecidas, a relação mãe-filho, no decorrer do primeiro ano, ocupa um lugar absolutamente único. «Esta relação, escreve R. Spitz [5], tem peculiarmente as características de se desenvolver à nossa vista, de nos revelar um momento em que ela não existe ainda enquanto relação, para nos conduzir ao momento em que a relação social está completamente presente. Por outro lado, trata-se também de uma transição do fisiológico ao psicológico: porque no estádio fisiológico intra-uterino, as relações são de um parasitismo completo por parte da criança; no decurso do primeiro ano, a criança passará por uma simbiose com a mãe e atingirá um estádio em que se desenvolvem as relações hierárquicas. Um outro aspecto, igualmente singular, da relação mãe-filho é a diferença profunda entre a estrutura psíquica da mãe e a da criança. Poder-se-ia dizer que em toda a Sociologia, não existe nunca uma divergência tão grande entre dois seres ligados tão estreitamente, a não ser que se considerem comparáveis as relações do homem com um animal doméstico. Apenas um sociólogo, George Simmel chamou a atenção para as possibilidades de investigações sociológicas no grupo mãe-filho, ao qual chamou díade, e sublinhou que nele, se poderia encontrar o gérmen de todo o desenvolvimento ulterior das relações sociais...»

Um momento em que a relação não existe ainda, enquanto relação, escreve Spitz. Uma relação supõe, de facto, dois seres distintos um do outro e de tal conscientes. Ora o recém-nascido não tem, no princípio, qualquer consciência de si mesmo; é incapaz de discriminar entre o que é ele e o que não é ele; confunde o seu corpo com os objectos circundantes (a começar pelo seio materno que ele percepciona como uma parte da sua própria pessoa), confunde os seus estados subjectivos com os dados objectivos do real. Pequeno ser sem consciência, incapaz de prover à mais diminuta das suas necessidades, vive na dependência mais absoluta da mãe; é ela que o alimenta, que está atenta ao seu bem-estar, que o proteje contra os perigos exteriores, que age em seu lugar, ao suprir a cada instante a impotência e a fragilidade do filho; ela ocupa o lugar do Ego que ele não possue e torna-se o seu intermediário no mundo exterior, do qual é, ao mesmo tempo, representante.

---

[5] R. A. SPITZ, **La première année de la vie de l'enfant.** P.U.F. Paris, 1958 p. 5. Este livro, hoje esgotado, constituía, segundo as próprias palavras de Spitz «uma primeira e breve versão», publicada em francês, da obra mais importante, aparecida em inglês em 1965 e traduzida em francês sob o título: **«De la naissance à la parole»** P.U.F., Paris 1968.

Mas esta mãe com quem o bébé vive em simbiose, como que nela fundido, não ocupa, repetimos, qualquer lugar priviligiado no seu universo adualista, no sentido em que, ao princípio, não a distingue mais de si mesmo do que de outras pessoas ou coisas que o rodeiam. Serão necessários longos meses, para que a mãe assuma o único e insubstituível rosto que a tornará o Objecto por excelência; por outras palavras, para que estabeleça com ela uma relação objectal. Tal evolução está ligada, com efeito, à elaboração de um mundo exterior estável, formado por objectos substanciais e permanentes, numa palavra, distintos do eu. Muito antes deste momento, no entanto, quando, à actividade puramente fisiológica dos primeiros dias, se sobrepõem necessidades e desejos de ordem psicológica, uma misteriosa comunicação se começa lentamente a instaurar neste par tão desigual. Através desta comunicação, devido ao seu amor, ao seu «instinto», à sua inteligência e experiência de adulto, a mãe perceberá as emoções e tensões do bébé, sinais que cedo interpretará correctamente (distinguindo, por exemplo, de outros, os gritos que indicam fome; e, por sua vez, o lactente registará todos os movimentos afectivos, conscientes e sobretudo inconscientes da sua mãe. «Introjectando-os», ele os fará seus; por seu lado, eles determinarão «a qualidade das suas experiências» (6) e orientarão as suas reacções, as quais agirão, por seu turno, sobre as atitudes maternas, descrevendo um processo circular. Voltaremos mais adiante a este assunto, mas é importante indicar, desde já, o papel primordial desempenhado pelo comportamento afectivo da mãe, antes de o bébé a reconhecer como pessoa única e singular. É isto que os psicanalistas exprimem através da fórmula: «o objecto é investido antes de ser percebido» (7).

Encontramo-nos, portanto, aqui, em presença de duas séries de fenómenos, ou antes, em dois planos diferentes (mas em constante interferência): por um lado, a relação mãe-filho inscreve-se no quadro mais vasto da construção progressiva do real, a começar pela diferenciação entre o sujeito e os objectos, pessoas ou coisas; por outro lado, ela é constituída, em profundidade, por um modo arcaico de troca, uma espécie de «linguagem do corpo» e de empatia cujo processo é imperceptível do exterior, mas que faz que cada um dos dois seres, não obstante a sua profunda diferença psicológica, seja «informado» do que o outro experimenta. Estamos aqui em pleno domínio afectivo, ou, mais exactamente, pré-afectivo, se nos referimos ao lactente, pelo menos, durante os três primeiros meses. A tomada de consideração destas duas ordens de fenómenos — constituição do objecto e comunicação no seio da díade mãe-

(6) R. A. SPITZ, **La première année de vie de l'enfant**, P.U.F., Paris 1958, p. 25.
(7) S. LEBOVICI, **La relation objectale chez l'enfant, dans Psychiatrie de l'enfant**, Vol. III, fasc. I, P.U.F. p. 169.

-filho — é indispensável para o estudo e a compreensão da relação objectal. Começaremos pelo primeiro, citando em primeiro lugar, as investigações de J. Piaget sobre a génese da noção de objecto. Ainda que concentradas sobre a inteligência e as relações do bébé, mais com o meio físico do que com as pessoas, e até por isso, elas esclarecerão e permitirão seguir melhor as fases da evolução objectal, da qual nos ocuparemos mais adiante. Estas investigações são fundamentadas nas observações feitas por Piaget, acerca dos seus três filhos, durante os dois primeiros anos.

A CONSTRUÇÃO DO OBJECTO [8]

Para Piaget, o critério da dissociação do sujeito e do objecto, ou, como se preferir, do declínio do adualismo, é **a procura activa dos objectos desaparecidos.** Enquanto a criança não reagir, quando deixa cair ou se lhe tira um objecto que a interessa vivamente, pode supor-se, na verdade, que o objecto não tem permanência nem existência autónoma a seus olhos: tudo se passa como se ele voltasse ao nada, logo que cessa de alimentar a acção da criança, logo que sai do seu campo perceptivo (bucal, táctil, auditivo ou visual). Por outras palavras, as coisas têm só uma existência intermitente e não são concebidas como localizadas no espaço. Eis um exemplo particularmente elucidativo: já com três ou quatro meses, um bébé, alimentado a biberão, que chora à vista deste objecto tão desejável, cala-se logo que ele é escondido da sua vista; mas logo que o objecto reaparece, os gritos voltam, e com mais insistência.

Os objectos não existem, a princípio, senão na medida em que a acção do sujeito se exerce sobre eles,e só são percebidos em relação com essa acção; quer isto dizer que o universo do bébé é um universo caótico e em movimento, «um mundo de quadros em que cada um pode ser mais ou menos conhecido e analisado, mas que desaparecem e reaparecem de modo caprichoso» [9]. Para que estes quadros se tornem «objectos», deverão «dissociar-se da própria acção e situar-se num contexto de relações espaciais e causais, independentes da acção imediata» [10]; por outras palavras, para que o real se organize e se estabilize, será necessário que o «eu se liberte de si mesmo, descobrindo-se, e se situe como uma coisa entre as coisas, um acontecimento entre os aconteci-

---

[8] Ver J. PIAGET, **La construction du réel,** cap. I, Delachaux et Niestlé, Neuchâtel 1950.

[9] J. PIAGET, **op. cit.,** p. 5.

[10] Ibidem, **op. cit.,** p. 12.